

## ***Apresentação de O Primeiro Fotógrafo de Guerra Português***

Luís Alves de Fraga

A descolonização ocorrida na sequência da conquista da democracia política, após 25 de Abril de 1974, veio, de certo modo, fazer esquecer à historiografia nacional o processo de colonização português.

A memória colectiva que subsiste — quando ainda subsiste alguma memória — é aquela que se herdou da propaganda do Estado Novo e que se consubstanciava na ideia de que Portugal era uma Nação una do Minho a Timor. Por outro lado, um tal conceito de unidade havia sido herdado da 1.<sup>a</sup> República que, por seu turno, o tinha recebido da Monarquia constitucional. Na verdade, o Art.º 20.º da Constituição Política de 1822, especifica que «A Nação Portuguesa é a união de todos os Portugueses de ambos os hemisférios» — note-se o particularismo de se dizer Portugueses e não Povos — e no número III desse mesmo Art.º enumeram-se os territórios africanos da costa ocidental e da costa oriental de África considerados domínios nacionais. Curiosamente, essa pormenorização é, em certa medida, muito específica e pontual, deixando-nos dúvidas somente quando se fala em «dependências», como por exemplo, «Angola, Benguela e suas dependências» e «as Ilhas de Cabo Verde, e as de S. Tomé e Príncipe e suas dependências». Quer dizer, «dependências» podem ser ilhéus e ilhotas adjacentes aos arquipélagos tal como podem ser, também, outros territórios continentais mal definidos.

De facto, como é sabido, foi na Conferência de Berlim, em Março de 1885, que ficou assente uma regra que justificava a posse de domínios em África: a ocupação efectiva.

Ocupar efectivamente era exercer, de modo continuado, a soberania sobre um determinado território, tendo nele representantes da autoridade do Governo central, e impondo aos seus habitantes regras que demonstrassem inequivocamente a sua subordinação a esse mesmo Governo. Daqui à necessidade de delimitar fronteiras precisas foi um passo que as potências europeias interessadas no domínio de colónias no continente africano deram sem hesitação. Assim, aquilo que para Portugal e para os Portugueses era indeterminado em 1822 passou a ter de assumir uma caracterização muito perfeita e muito completa depois de 1885. Deste modo, o tal conceito de Nação — do Minho a Timor — que o Estado Novo inculcou em várias gerações de Portugueses só existiu nos anos subsequentes aos da Conferência de Berlim. A propaganda, iniciada ainda na 1.<sup>a</sup> República e

aprofundada durante os quarenta e oito anos da ditadura, levada a cabo pela Agência Geral das Colónias, mais tarde transformada em Agência Geral do Ultramar, enraizou uma concepção de Estado Português que merece, cada vez mais, um profundo trabalho historiográfico para repor a verdade nas mentas das novas gerações.

E tudo isto vem a propósito do livro que hoje aqui nos reúne. Com efeito, *O Primeiro Fotógrafo de Guerra Português: José Henriques de Melo* para além de nos permitir apreciar o espólio iconográfico de José de Melo, na Guiné, possibilita a leitura de um texto da autoria de Mário Matos e Lemos onde se evidenciam os cuidados de um historiador cauteloso e atento aos pormenores que completam a História, pois evitam interpretações erradas e cobrem lacunas, muitas vezes desprezadas por quem se dedica a reconstruir o passado.

Nesse texto o seu autor, não entrando — como não convinha entrar — na análise da problemática da ocupação efectiva, não se esquivava, contudo, a levantar questões sobre o tema. Aliás, o livro, em si mesmo, vem recolocar a discussão da ocupação efectiva quer quando mostra as fotografias da campanha quer quando Matos e Lemos se debruça sobre os fundamentos da mesma. Fica claro, depois da leitura da obra, que a província ou colónia — como era indistintamente designada na altura — da Guiné estava longe de se apresentar como um território pacificado. O autor dá-nos abundantes e precisas informações sobre essa questão. Dentro do material disponível para compreender a campanha ou expedição de 1907-1908 Matos e Lemos não desperdiçou nada, esmiuçando desde a imprensa às memórias, passando pelos *Boletins Oficiais* e os diários de campanha, de modo a que o leitor seja capaz de definir o quadro da época e possa, de facto, compreender o tipo de colonização efectuada e o modo como se afirmava junto dos gentios locais a soberania nacional.

Cotejando o texto com um bom mapa geográfico da Guiné percebe-se o valor da abundante rede fluvial para fazer chegar mais longe a actividade mercantil. Efectivamente, o comércio foi a mola real da penetração no interior do território. Mas era um comércio onde concorriam com os portugueses também os franceses e outros aventureiros. Um comércio onde, muitas vezes, os seus agentes europeus tinham maior capacidade de intervenção e diálogo com os potentados indígenas do que as autoridades administrativas de Portugal. Este facto em si mesmo evidencia o que foi, talvez durante séculos, a *colonização* nacional em África, se é que a isto se pode chamar colonização.

O autor do texto foge, naturalmente, como lhe competia, enquanto historiador de uma campanha, a este tipo de análise, mas deixa bem patentes as pontas por onde se podem começar a puxar os fios explicativos de vários fenómenos ligados à colonização e à ocupação efectiva. Esse trabalho compete a quem, estudando o material exposto, cabe a obrigação de extrair conclusões.

Seja como for, Matos e Lemos, conduz o leitor para o território da Guiné de 1907 e patenteia, com grande clareza, como era vista a colónia, na perspectiva económica, deixando-nos a convicção da sua fertilidade e da sua rentabilidade se a metrópole soubesse investir na pacificação dos diferentes povos que coabitavam naquela província.

Da leitura do texto podemos concluir também que a campanha de 1907 e 1908 não obedeceu a um plano estratégico global semelhante, por exemplo, ao que António Enes traçou em Moçambique para a prisão do Gungunhana. Na Guiné, foi a acção possível num território onde a existência de diferentes etnias dificultava os entendimentos imprescindíveis com os gentios, porque a pacificação, além de usar a força, tinha de empregar meios *diplomáticos* para explorar os desentendimentos entre grupos étnicos e rivalidades tribais. Aliás, diga-se em abono da verdade, o processo de pacificação das colónias africanas portuguesas passou exactamente por duas vias que, quase sempre, foram paralelas: de um lado, a força militar e, do outro, a negociação *diplomática* — chamemos-lhe assim — entre os governos locais e os potentados negros que Portugal pretendia sujeitar e subordinar à sua autoridade e soberania.

*O Primeiro Fotógrafo de Guerra Português* é um livro de fotografias, feitas há mais de cem anos, que guarda para o futuro a memória de um homem — José Henriques de Melo — de quem quase nada se sabia, mas que a perseverança e o espírito de investigador histórico de Matos e Lemos permitiram conhecer dentro dos limites do possível. É um livro de fotografias que foram recuperadas com grande cuidado e muito zelo, por Alexandre Ramires, ganhando, hoje, se calhar, graças à técnica existente e utilizada, mais qualidade do que tinham os originais ao serem obtidos.

Julgo que o livro em apreço, enquanto objecto, é lindo, mas é mais precioso enquanto documento histórico, pois dá possibilidades de sobre ele se fazerem estudos de várias naturezas. Com efeito, permite-nos observar hábitos, trajes, modos de vida quer de Africanos quer de Europeus residentes na Guiné de há cem anos. Mas permite-nos, também, perceber pormenores de natureza militar, que vão, pelo menos, desde o armamento ao

fardamento, passando pelo equipamento e pelas fortificações existentes. A argúcia do investigador terá de conseguir extrair deste documento os elementos que lhe façam falta para conseguir provar as suas hipóteses e demonstrar as suas conclusões. O livro, enquanto documento, está aí para servir a curiosidade do leitor comum e para assistir às necessidades da investigação.

Matos e Lemos escreveu um texto explicativo que está à altura do valor das fotografias e julgo que devemos todos ficar muito gratos à Imprensa da Universidade de Coimbra e mais aos patrocinadores que tornaram possível a publicação deste livro; ela e eles prestaram um elevado serviço à Cultura e à História de Portugal, abrindo novos horizontes para estudos mais aprofundados e mais verdadeiros sobre o que foi chamado *campanha de pacificação africana* no final do século XIX e início do século XX.

Resta-me, para concluir, apresentar ao autor do texto, ao autor da recuperação fotográfica, ao editor e aos patrocinadores os meus parabéns pelo trabalho que deixaram para a posteridade e agradecer ao Senhor general Sousa Pinto o convite que me dirigiu para fazer a apresentação de uma obra, a todos os títulos, exemplar.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2010